

ESTADOS FALIDOS

Britto fecha acordo para refinanciar dívidas

Governador do Rio Grande do Sul deve anunciar hoje acerto com governo federal para sanear finanças

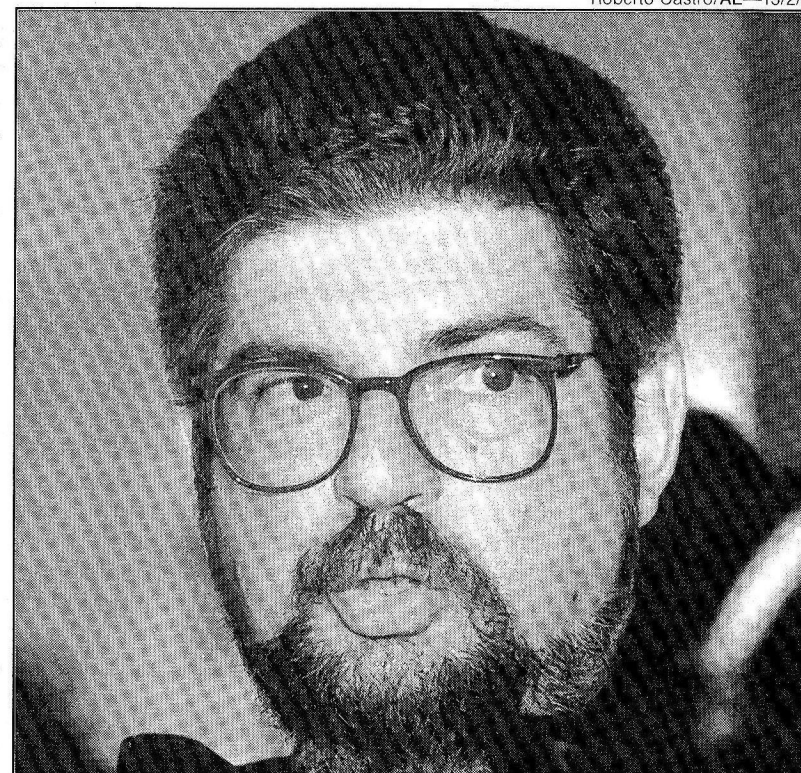
LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — O governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, deverá anunciar hoje a assinatura de um acordo com o governo federal, pelo qual refinanciará, por um prazo de 30 anos, a totalidade de suas dívidas com o governo federal. O Tesouro assumirá também o débito em títulos do Estado, que soma hoje R\$ 7,5 bilhões. Em troca, o Rio Grande do Sul assumirá uma série de metas de ajuste em suas contas, inclusive com a venda de empresas, como a telefônica CRT. Será um acordo semelhante ao que está sendo concluído com Minas Gerais e deverá ser estendido aos demais Estados que concordarem com as medidas.

Os planos de ajuste são rigorosos. O Tesouro exigirá que os Estados adotem medidas para baixar suas folhas de pessoal para 60% das receitas líquidas. Atualmente, a maioria dos governadores compromete entre 70% e 100% de suas arrecadações só com salário. "Os governadores precisarão ser criativos para conseguir reduzir as despesas", comentou um técnico da área econômica. "Já ouvi falar até em planos para demitir aposentados."

O Tesouro também exigirá que os Estados tenham mais dinheiro para investir. Quanto atingirem as metas, os governadores estarão investindo pelo menos 15% de suas receitas, gastando 10% com o custeio da máquina e outros 10% com o pagamento da dívida.

Caixa — Enquanto as negociações



Roberto Castro/AE—15/2/96

Britto: metas incluem corte na folha de pagamento e venda de estatais

para a solução global da dívida não são concluídas, a Caixa Econômica Federal (CEF) pretende continuar com os empréstimos de alívio de curto prazo. Pode sair ainda nos próximos dias um novo empréstimo de R\$ 180 milhões para o Rio de Janeiro, para financiar o programa de demissão voluntária.

O pedido de moratória apresentado pelo governador Marcello Alencar, porém, deverá ser examinado no momento em que for negociada a dívida global. O governador poderá não obter a moratória, mas se fizer um acordo semelhante ao de Minas e Rio Grande do Sul terá um alívio em seu fluxo de caixa, baixando os gastos com pagamento da dívida. O efeito prático procurado pelo

governador do Rio, portanto, poderá ser atingido dessa maneira.

Bird — O Rio tem interesse em fechar a negociação o quanto antes, porque o Banco Mundial (Bird) condicionou a liberação de um financiamento de R\$ 300 milhões à sinalização, por parte do Tesouro, de que o problema da dívida mobiliária seria resolvido. "Todos os Estados estão tendo essa dificuldade com o Banco Mundial, que os considera clientes de risco por causa da dívida mobiliária", explicou um técnico.

Até o momento, a prorrogação de pagamentos das dívidas à CEF só foi concedida a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Rio e Sergipe, que pediram tratamento igual, não se encaixam nas regras da prorrogação. "Os critérios são feitos de uma forma que só adiamos o pagamento de quem realmente precisa", explicou o técnico da Fazenda.

**SOLUÇÃO
IMPÕE DURAS
MEDIDAS DE
AJUSTE**